

SIPAR - Ministério da Saúde - DF 250000087500/2017 - 14 Data: 12 / 06 / 2017

## Ministério da Saúde Subsecretaria de Assuntos Administrativos Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Memo-Circular n.º 05 /2017/CGESP/SAA/SE-MS

Brasília/DF, 12 / 06 /2017.

Para: Coordenações: COLEP, COAPE, COSAP, CEOFI e CODEP; Serviço de Gestão Administrativa dos Núcleos Estaduais: AC, AL, AP, AM, CE, GO, ES, MA, MT, MS, PA, PB, PR, PI, RN, RS, RO, RR, SC, SE, SP, TO, Divisão de Gestão Administrativa dos Núcleos Estaduais da BA, RJ, MG, PE.

Assunto: GACEN. Apontamentos Consistentes.

- 1. Considerando a notícia que algumas unidades de gestão de pessoas estão suspendendo a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias GACEN dos servidores que não apresentam relatório mensal de atividades, entende-se necessário delinear e frisar algumas considerações e indicar o procedimento a ser adotado pelos gestores.
- A fiscalização a ser feita pelo ordenador de despesas deverá obedecer ao comando do art.12 da Portaria GM/MS nº 484/2014, qual seja: o pagamento da GECEN e da GACEN deverá ser efetuado com base em apontamento consistente, que ateste a atuação do servidor ou do empregado público, conforme o caso, na atividade de combate e controle de endemias, no âmbito do SUS, da Secretaria Especial de Saúde Indígena e da FUNASA, sob a responsabilidade do gestor local do SUS, da Chefia da DIASI/DSEI e das Chefias de Divisão de Engenharia de Saúde Pública ou de Serviço de Saúde Ambiental na FUNASA, respectivamente.
- 3. Os apontamentos consistentes se materializam em documento formal elaborado pela chefia do servidor cedido ou não, com a descrição das atividades. O documento em questão não precisa ser encaminhado mensalmente, pode, antes, considerar a relevância da descrição da atividade e do local de atuação, sendo um texto expositivo, declaração, texto dissertativo, redação, relatório ou texto simples que indique as atividades realizadas pelo servidor no combate e controle de endemias, unicamente com o objetivo de confirmar que o servidor permanece no exercício das atribuições do cargo efetivo com fulcro no que dispõe a Lei nº 11.784/2008, fazendo jus a GACEN.
- 4. A título de exemplo, o gestor pode, por meio de ofício ou outro instrumento de comunicação, anunciar a unidade de gestão de pessoas deste Ministério que, durante tantos meses, o servidor a ele vinculado laborou ou manteve-se nas atividades que fundamentam o

1

pagamento da GACEN. Ressalta-se que o importante é a confirmação, sob a responsabilidade do gestor final, de que o servidor está no exercício das atividades que garantirão o direito ao pagamento da GACEN àqueles que a ela façam jus.

- 5. A GACEN é devida mensalmente aos servidores que, no exercício das atividades/atribuições inerentes ao seu cargo, atuarem no controle e combate de endemias de forma continuada, ainda que, vá ao campo de forma esporádica.
- 6. Diante de todo o exposto, encaminhe-se a todas as unidades deste Ministério da Saúde para conhecimento e atendimento.

Atenciosamente,

PABLO MARCOS GOMES LEITE
Coordenador Geral de Gestão de Pessoas